

Relatório de pesquisa completo

A percepção e resposta da igreja à corrupção na América Latina e no Caribe



tearfund

Índice

Introdução	2
Antecedentes	2
Objetivos	3
Escopo	4
Methodologia	4
Situação da Corrupção na América Latina e no Caribe	5
Mensurações	6
Impacto	7
Meio Ambiente	7
Justiça e Polícia	8
Democracia e governança	8
Reformas	9
O Papel das Igrejas diante da Corrupção	13
Percepção e Caracterização da Corrupção	11
Fatores que influenciam o papel das igrejas diante da corrupção	16
Recomendações	27
Recomendações fundamentais – Políticas Eclesiásticas para Combater a Corrupção Interna e Externamente	27
Recomendações da Tearfund em âmbito global	28
Recomendações de outros participantes	29
Recomendações dos grupos focais	30
Recomendações da equipe de pesquisa do DEI	31
ANEXO A: Metodologia da pesquisa	33
Sujeitos do estudo	33
Método de codificação	34
Método de triangulação	35
Limitações	36
ANEXO B: Referências e Bibliografia	37
Referências	37
Bibliografia	39

Introdução

No final de 2020, a Tearfund encomendou uma pesquisa para melhor compreender a prevalência, as causas e os efeitos da corrupção, a situação das igrejas diante dessa pandemia social e possíveis estratégias e respostas programáticas para combatê-la de forma adequada e eficaz.

Para esse efeito, foi contratado o Departamento Ecuménico de Investigaciones, também conhecido como DEI. Em abril de 2021, o DEI apresentou os resultados da pesquisa **“Corrupción en América Latina y el Caribe y el papel de las iglesias”** (Corrupção na América Latina e no Caribe e o papel das igrejas).

O presente documento é uma versão resumida do relatório final do DEI e foi estruturado da seguinte forma:

- A seção 1 explica os objetivos e o desenvolvimento metodológico da pesquisa.
- A seção 2 analisa a corrupção na América Latina e no Caribe, seu impacto e reformas.
- A seção 3 analisa o papel das igrejas diante da corrupção na América Latina e no Caribe.
- A seção 4 se conclui com estratégias e possíveis respostas das igrejas à problemática da corrupção.

Antecedentes

A corrupção na América Latina e no Caribe representa um dos problemas mais importantes que afetam a vida das pessoas e o bem-estar geral das sociedades. Como ponto de partida, devemos reconhecer que a corrupção impede o bom desenvolvimento da sociedade, prejudicando, entre outros aspectos, a saúde, a vida, as populações mais vulneráveis e suas relações com o meio ambiente, as estruturas do Estado e a democracia. O Índice de Percepção da Corrupção 2020 (IPC 2020), publicado pela Transparência Internacional (2021), revela o cenário sombrio da situação da corrupção em âmbito global. De fato, a pontuação média mundial é de 43/100. O problema da corrupção não se limita aos governos e suas instituições, mas atinge organizações privadas e a sociedade como um todo.

O Índice de Percepção da Corrupção 2020 revela um cenário sombrio de corrupção em âmbito global: a pontuação média mundial é de 43/100.

A pandemia causada pela crise da Covid-19 destacou e agravou as terríveis consequências da corrupção ao revelar sistemas sanitários e fiscais incapazes de lidar com suas consequências. Segundo o mesmo relatório da Transparência Internacional, há uma correlação entre a menor prevalência de corrupção no setor público de um país e o maior investimento na saúde. Um exemplo claro dessa situação é o Uruguai, que obteve a pontuação mais alta da região (71) no IPC 2020 e faz um investimento considerável na saúde, contando com um sistema de monitoramento epidemiológico eficaz, o qual foi vital para enfrentar a pandemia (Transparência Internacional, 2021, p. 9).

A problemática da corrupção exige intervenções urgentes por parte de todos os atores sociais, inclusive os religiosos, que, do ponto de vista da fé e das igrejas, são essenciais para alcançar a transformação necessária.

Objetivos

A pesquisa teve um objetivo geral e vários objetivos específicos:

Objetivo geral

Determinar as causas e os efeitos percebidos da corrupção nos países em que a Tearfund opera na América Latina e no Caribe, como um insumo para permitir que a equipe (cluster) da Tearfund responsável por essa região desenvolva possíveis estratégias e respostas programáticas de forma adequada e eficaz.

Objetivos Específicos

- Compreender o papel histórico que a igreja na América Latina e no Caribe desempenhou na mitigação ou no combate da corrupção.
- Analisar o papel que a igreja poderia desempenhar diante da corrupção na América Latina no Caribe e, em particular, nos países onde a Tearfund trabalha.
- Identificar os fatores predominantes que favorecem ou mitigam a corrupção na América Latina e no Caribe.
- Revisar e determinar as iniciativas/estratégias mais eficazes apoiadas pela Tearfund (em âmbito global) e pelos parceiros na prevenção e no combate à corrupção.
- Mapear as políticas públicas existentes que promovem o combate à corrupção na América Latina e no Caribe e, especialmente, nos países onde a Tearfund intervém.
- Propor intervenções/estratégias para abordar de forma eficaz a corrupção na América Latina e no Caribe com base nos resultados da pesquisa.

Escopo

O escopo da pesquisa permite uma abordagem teórico-metodológica das percepções sobre a corrupção em 10 países da região da América Latina e Caribe, incluindo todos os países em que a Tearfund opera (Bolívia, Brasil, Colômbia, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Peru), bem como a Costa Rica e a Venezuela. Isso foi feito através de pesquisas em igrejas evangélicas de diferentes denominações, uma revisão bibliográfica e documentos da Tearfund referentes ao trabalho realizado em torno da questão.

Methodologia

A presente pesquisa é um estudo exploratório descritivo, baseado em metodologias qualitativas e quantitativas, que permite, através de uma revisão documental, pesquisas, entrevistas e grupos focais, aprofundar o objeto do estudo. No Anexo A deste relatório, a metodologia é explicada em mais detalhes.



📷 A falta de gestão dos resíduos sólidos no Haiti causa impactos ambientais negativos para a saúde e afeta de forma desproporcional as pessoas que vivem em situação de pobreza. Foto: Jonathan Clement / Tearfund

Situação da Corrupção na América Latina e no Caribe

Corrupção, segundo Peralta (2018, p. 3), “é a obtenção de um benefício pessoal à custa de lesão direta ou indireta dos direitos de terceiros. É tirar vantagem mediante o exercício do poder, obter um cargo, benefícios econômicos à custa do engano, da influência etc.”.

A corrupção e o abuso de poder estão presentes em quase todas as fases da história humana. Desde os primeiros textos do Antigo Testamento, observa-se a necessidade de estabelecer normas éticas e justas para a vida em sociedade, bem como outras iniciativas legais anteriores, realizadas pelos governantes do antigo Egito e da Babilônia. As origens da corrupção na América Latina e no Caribe, conforme afirma Briceño Guerrero (2007, p. 13), vêm desde a colonização. As práticas e os comportamentos desonestos dos colonizadores foram legitimados, legalizados e vistos como normais. A normalização desses comportamentos nos centros de poder resultou em uma cultura em que essas práticas passaram a formar a base da estrutura social. A igreja, majoritariamente católica romana, não apenas apoiou esses atos de violência e expropriação, mas também proporcionou um universo simbólico capaz de sustentar essas práticas corruptas como parte de uma suposta ordem natural, e não como resultado de decisões de grupos específicos que enriqueceram com a morte e a expropriação de milhões de pessoas no chamado Novo Mundo.

A corrupção na América Latina e no Caribe, assim como no mundo inteiro, constitui um dos piores males da humanidade. Tornou-se evidente, através da pandemia causada pela Covid-19, que uma crise cultural e ética permeia todas as esferas da vida pública e privada na maioria dos países, em graus variados de ocorrência e com consequências desastrosas para as pessoas mais pobres e vulneráveis.

Conforme afirma Delia Ferreira Rubio, presidente da Transparência Internacional (citada em Transparência Internacional, 2021, p. 8), “a Covid-19 não é apenas uma crise sanitária e econômica: é uma crise de corrupção. E nós não a estamos superando”. As pesquisas realizadas por essa organização revelam que a corrupção afeta negativamente o acesso da população a serviços de saúde de qualidade, além de fornecerem a importante constatação de que “mesmo levando-se em conta o grau de desenvolvimento econômico, um alto nível de corrupção normalmente está associado a um baixo nível de cobertura universal de saúde, uma maior mortalidade infantil e materna e um número maior de mortes por câncer, diabetes e doenças respiratórias e cardiovasculares” (p. 8).

Mensurações

A tabela a seguir mostra os níveis de percepção da corrupção nos 10 países estudados, segundo o Índice de Percepção da Corrupção de 2016 a 2020:

Tabela 1

Percepção comparativa da corrupção nos países estudados nos últimos cinco anos.

Colômbia	90	37	96	37	99	36	96	37	92	39	37,20
Peru	101	35	96	37	105	35	101	36	94	38	36,20
	113	33	112	33	132	29	123	31	124	31	
Guatemala	817	4			2	27	149	26	27.0	25	26,80
	123	30	**	**	**	**	146	26	157	24	
Nicarágua	145	26	151	26	**	**	161	22	159	22	24,00
	159	20	157	22	161	20	168	18	170	18	
Venezuela	166	20	169	18	168			16	176	15	17,40

Fonte: Tabela elaborada pelo DEI, com base em dados da Transparência Internacional (2021)

As posições correspondem aos níveis percebidos de corrupção no setor público em 180 países e são apresentadas por ordem, desde os países menos corruptos até os países com uma maior percepção da corrupção, em uma escala de pontuação de 0 a 100, em que 0 significa alta corrupção e 100 significa ausência de corrupção.

* Pontuação média de cada país obtida de acordo com o Índice de Percepção da Corrupção entre os anos de 2016 e 2020, em uma escala de pontuação de 0 a 100, em que 0 significa alta corrupção e 100 significa ausência de corrupção.

** Sem informações.

A tabela mostra que praticamente não houve nenhum progresso significativo na redução da corrupção nos dez países estudados. Além disso, a maioria dos países piorou, especialmente Honduras e a Venezuela.

Essas mensurações, embora elaboradas com uma metodologia que oferece validade e veracidade aceitáveis, não levam em conta de forma precisa os casos conhecidos, denunciados, processados e julgados nos diferentes países. Portanto, há uma lacuna nesse sentido, uma vez que os próprios governos, responsáveis por mostrar, visibilizar e publicar seus próprios números, na maioria dos casos não o fazem.

Impacto

A corrupção na América Latina e no Caribe deixou um profundo impacto econômico, social e ambiental ao longo da história. A crise de governança nas instituições afeta profundamente as políticas públicas, os direitos humanos e a justiça social na maioria dos países.

Há uma relação direta entre a corrupção e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados nas Nações Unidas.

Quase todos os estudos revisados para fins de realização desta pesquisa refletem a relação direta entre a corrupção e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados pelas Nações Unidas em 2015, com metas para 2030. Há um consenso sobre o fato de que os países mais corruptos são aqueles em que as populações vulneráveis mais sofrem por não terem suas necessidades atendidas. Atualmente, isso se reflete no impacto diferenciado da Covid-19 nos países com maiores necessidades econômicas e maior ocorrência de corrupção.

A corrupção afeta o bem-estar geral da população. Conforme expresso por Laver (*Libranos del mal*, 2019), os estudos e as estimativas econométricas mostram que a corrupção tem efeitos devastadores no desenvolvimento político, social e econômico das comunidades e dos países: a corrupção dificulta o crescimento e o investimento, exacerba a pobreza e a desigualdade, enfraquece o estado de direito e corrói a viabilidade e a legitimidade do Estado. Vale ressaltar que a corrupção prejudica especialmente as pessoas pobres e é considerada “o maior obstáculo para a redução da pobreza” (p. 25).

Meio Ambiente

Hoje, mais do que nunca, percebe-se o impacto da corrupção no meio ambiente em consequência de suas práticas de exploração sem limites da terra ou por se ignorarem as consequências do impacto ambiental ao provocar o deslocamento de populações indígenas e afrodescendentes inteiras pelo desejo de lucro sobre seus territórios. Essas são formas de corrupção sobre as quais pouco ou nada se fala.

A corrupção nos setores extrativistas impacta o meio ambiente e corrói as comunidades locais.

Segundo Gudynas (2018, p. 73-87), em um estudo realizado pelo Centro Latino-Americano de Ecologia Social, ao analisar casos marcantes de corrupção em setores extrativistas, observa-se que:

"...ocorre em todos os países sul-americanos, com diferentes regimes de propriedade e acesso aos recursos naturais, e sob governos tanto conservadores quanto progressistas, afetando todos os tipos de extrativismo (mineração, petróleo, agricultura, pesca etc.), tanto nos enclaves de apropriação de recursos como em suas redes de conexão e bacias de apoio. É por isso que a corrupção extrativista, assim como a maior parte dos casos de

corrupção, quando organizada em rede e com a participação de atores muito diversos, torna-se altamente complexa. A corrupção fortalece alguns efeitos do extrativismo, principalmente o desgaste das comunidades locais, o enfraquecimento da construção de políticas públicas e a deterioração da qualidade da democracia”.

Justiça e Polícia

A corrupção nas áreas judicial e policial está cada dia mais frequente, sendo que o poder punitivo do Estado muitas vezes favorece aqueles que têm condições de pagar aos funcionários responsáveis por investigar, processar e julgar as pessoas que cometem crimes. Já não importa mais quem é culpado ou inocente, mas sim quem pode pagar mais e melhor em todo o aparato judiciário, o que acaba enchendo as prisões de pessoas pobres e, em alguns casos, inocentes.

“Já não importa mais quem é culpado ou inocente, mas sim quem pode pagar mais e melhor em todo o aparato judiciário.”

Nesse contexto, Salas, em sua análise da corrupção na América Latina (2016, p. 1-2) observa que um dos maiores impactos da corrupção tem a ver com a questão da impunidade, que tem ocorrido ao longo da história, o que é evidenciado em um caso proveniente do México, em 2014, quando 43 alunos da escola normal de Ayoztinapa desapareceram. O desaparecimento dos estudantes foi apenas a ponta do iceberg e provocou vários meses de protestos violentos contra o governo, expondo os laços corruptos entre políticos, policiais e o narcotráfico. Além disso, foram feitas acusações contra uma grande construtora que prestava serviços ao governo, a qual financiou de forma irregular a luxuosa casa particular da esposa do presidente mexicano, que na época era Enrique Peña Nieto.

Democracia e governança

Ramón, em seu estudo sobre corrupção e ética no Peru, (2014, p. 2-3), afirma que “a corrupção tem um impacto negativo na consolidação da democracia e da governança, além de subverter as garantias dos cidadãos, evadindo o respeito pelos direitos humanos, e na ética cidadã”. Observa-se, então, com preocupação, a deterioração do comportamento dos funcionários públicos no exercício de seu cargo, uma vez que os atos de corrupção cometidos são maiores, apesar dos instrumentos legais aprovados para acabar com esse flagelo. A busca de métodos eficazes para combatê-la é essencial para a promoção do desenvolvimento econômico, a qualidade da democracia e a justiça social. Do ponto de vista estrutural, os efeitos da corrupção para o desenvolvimento econômico, principalmente o desenvolvimento econômico sustentável, são devastadores. Além disso, ela influencia de forma negativa o desenvolvimento de instituições que incentivam a redistribuição eficiente e equitativa.

A corrupção tem efeitos devastadores para a governança e o desenvolvimento sustentável.

Em suma, o impacto da corrupção em todos os âmbitos mostra a gravidade da situação na América Latina e no Caribe e a necessidade urgente de se pensar em medidas que envolvam os diferentes atores para lidar com a questão. Abordar o problema do ponto de vista estrutural proporcionará oportunidades para a elaboração e implementação de um programa em grande escala que comece a partir do âmbito local. Iniciar este trabalho a partir das igrejas e comunidades de fé é a chave para alcançar a transformação necessária.

Reformas

De acordo com o abrangente trabalho de Katz (2017, p. 20-27), foram implementados quatro tipos de respostas anticorrupção: institucionais, judiciais, cidadãos e internacionais.

Foram implementados quatro tipos de respostas anticorrupção: institucionais, judiciais, cidadãos e internacionais.

Respostas institucionais

As respostas institucionais ocorrem por meio de reformas normativas e da criação de sistemas institucionais. Elas visam gerar marcos normativos e institucionais para a prevenção, mitigação, persecução e processamento da corrupção. Elas podem ser reformas constitucionais – por exemplo, os casos do México e do Chile – que, posteriormente, transformam-se em leis ordinárias, as quais acarretam reformas para fortalecer instituições existentes ou para criar um novo plano institucional. Essas respostas institucionais promovem medidas de transparência e prestação de contas, a simplificação de procedimentos, a crescente utilização de sistemas que reduzem o grau de discricionariedade das pessoas vinculadas aos processos de aquisições e contratações e melhores instrumentos para a investigação, persecução penal e judicialização dos casos de corrupção.

Respostas judiciais

As respostas judiciais tratam da ativação de processos de persecução penal em vários países, refletindo, em vários deles, o alinhamento entre os órgãos de persecução penal e os órgãos de administração da justiça. Na Guatemala, há mais de dez processos judiciais por diferentes atos de corrupção. No Panamá, está sendo realizada uma série de investigações penais sobre vários atores do governo do presidente Ricardo Martinelli. Em El Salvador, uma nova – e mais independente – Procuradoria e a Seção de Integridade da Suprema Corte de Justiça estão realizando investigações que envolvem três ex-presidentes e altos funcionários de pelo menos três governos. No Brasil, o Caso Lava Jato levou à justiça boa parte da liderança política mais relevante do país, além de processar e condenar poderosos empresários. Na Argentina, estão em andamento processos judiciais que afetam vários funcionários do governo Fernández de Kirchner. E, finalmente, no Chile, avançam os casos que envolvem ex-funcionários do governo Piñera e a nora de Bachelet está sendo processada.

Além dos citados acima, há outros casos de judicialização de atos de corrupção que mostram o surgimento de uma nova era, em que se busca fortalecer a independência judicial diante das redes de corrupção político-empresariais. Essa dinâmica está reduzindo as margens de impunidade que historicamente protegem os atores da corrupção em nossa região e oferece esperança, pelo menos parcialmente, às expectativas dos cidadãos de uma justiça mais eficaz e rigorosa.

Respostas cidadãs

Uma das características mais notáveis da região nos últimos anos é a redução da tolerância à corrupção. Katz afirma que essa menor tolerância reflete-se de várias maneiras: na criação de amplas coalizões tanto na sociedade civil quanto entre elas e as instituições estatais; nas amplas mobilizações sociais, em que a motivação anticorrupção está intimamente associada ao debate sobre a qualidade dos serviços e a efetividade das políticas públicas; no aumento do nível de denúncias e deliberações públicas sobre o assunto; na utilização de redes sociais e meios convencionais para revelar práticas corruptas – podendo levar a processos de investigação criminal; no ativismo cívico através de organizações não governamentais, seja individualmente ou por meio da criação de coalizões para promover agendas políticas, regulamentares e institucionais. Alguns exemplos dessas ações são: o Grupo Promotor da Lei de Acesso à Informação Pública, em El Salvador, ou a ação de uma rede de organizações civis mexicanas para promover a "Campanha 3 de 3", que gerou uma forma diferente de mobilização cidadã, sem convocar as pessoas nas ruas, mas sim realizando ações de coleta de assinaturas por meios não tradicionais. Além disso, o autor faz referência aos casos de participação do que ele chama de "essa nova cidadania anticorrupção", que são as amplas mobilizações sociais que têm sido vistas em vários países e que atuam como um verdadeiro gatilho para o combate à corrupção, gerando um alinhamento surpreendente de atores públicos e privados.

Nos últimos anos, na região da América Latina e Caribe, foram observadas diversas mobilizações cidadãs que denunciam e rejeitam a corrupção, vinculando-a à demanda por melhores serviços e políticas públicas – por exemplo, a formação universitária no Chile ou a demanda por melhores serviços no contexto da organização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, no Brasil. Também foram observadas manifestações que buscam a depuração dos sistemas políticos, como as que ocorreram na Guatemala, entre abril e agosto de 2015, e que levaram à renúncia da vice-presidente Roxana Baldetti e do presidente Otto Pérez Molina. Em Honduras, a chamada "Marcha das Tochas" também foi um exemplo de mobilização para exigir a instalação de uma Comissão Internacional contra a corrupção sob o manto das Nações Unidas que acabou gerando um ambiente político para a instalação de uma variante hoje conhecida como a Missão de Apoio contra a Corrupção e a Impunidade em Honduras (MACCIH).

Essas mobilizações espontâneas e em massa, embora temporárias, geraram importantes efeitos institucionais, políticos e culturais que explicam a menor tolerância à corrupção.

Respostas internacionais

As respostas internacionais são realizadas através de acordos e avaliações do cumprimento de convenções internacionais, passando pela criação de normas que podem ser aplicadas de forma geral – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Entre as respostas internacionais, também podem ser mencionadas as novas formas de intervenção multilateral, como a Comissão Internacional contra a Impunidade, na Guatemala (CICIG) e a MACCIH, em Honduras. A América Latina também se tornou um palco para experimentar como a comunidade internacional pode promover um combate maior, melhor e mais eficaz contra a corrupção.

A comunidade internacional apoia essa luta de várias maneiras, entre elas, através:

- do monitoramento institucional do cumprimento das convenções internacionais contra a corrupção, no âmbito interamericano da Organização dos Estados Americanos (OEA), e, no âmbito universal da Organização das Nações Unidas (ONU), através de revisões periódicas dos mecanismos de monitoramento e avaliação. Ambas as organizações fazem recomendações regularmente de melhorias normativas e institucionais;
- da Cooperação técnica bilateral entre organizações internacionais e países, como no caso de El Salvador, onde o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) presta apoio ao governo do país para fortalecer o sistema de controle e administração da justiça a fim de combater a corrupção;
- da promoção de normas-modelo ou padrões internacionais em matéria de transparência e combate à corrupção, como os promulgados pela OCDE, que devem ser aplicados de forma obrigatória por seus membros ou aspirantes a membros ou usados como referência por todos os países que desejem melhorar seu desempenho na questão;
- de comissões internacionais multilaterais especializadas, tais como a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG) e a Missão de Apoio contra a Corrupção e a Impunidade em Honduras (MACCIH). A primeira, no âmbito do sistema das Nações Unidas, visa fortalecer as capacidades de investigação e persecução penal das Procuradorias Gerais e acompanhar os processos de judicialização de atos de corrupção e crimes.

Nos países estudados, existe toda uma estrutura de políticas, normas e instituições relacionadas ao combate à corrupção. O Anexo B deste documento inclui um mapeamento das políticas públicas, normas e instituições relativas à questão da corrupção nos países estudados. Esse mapeamento foi elaborado com base na análise da legislação vigente de cada país, nos dados dos Relatórios Finais apresentados ao Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção da OEA (2021) e nos relatórios sobre a análise por país para a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) (2021).

No que diz respeito às políticas públicas e ao marco legal e institucional, a pesquisa constatou o seguinte:

- Ausência de sistemas de controle para avaliar o cumprimento efetivo tanto da gestão da administração pública em geral quanto para cada contrato de obra pública, inclusive a contratação ou as formas de ingresso de funcionários na administração pública, somadas à burocratização e à diferenciação do tratamento legislativo e institucional em âmbito federal/central, estadual/provincial ou municipal.
- A formação integral do ser humano, desde os níveis básicos até os universitários no que diz respeito ao comportamento cidadão e à ética pública, não constitui uma política pública nos países estudados. Também não há escolas de formação ou programas permanentes para aqueles que trabalham na administração pública para que desenvolvam valores positivos, baseados em uma ética de transparência e honestidade. Por outro lado, há o caso da Guatemala, onde a questão do direito de acesso à informação pública é incorporada ao currículo de ensino primário, médio e superior.
- O Estado, que assume a responsabilidade primordial pelo combate à corrupção, tem uma ação mais policial e fiscalizadora do que formadora. Isso é evidenciado através das Controladorias-Gerais da União, que se limitam a mecanismos de controle, auditoria e fiscalização interna, e pelo Ministério Público, como monopolizador da ação penal através de denúncias.

- As comissões de inquérito dos Congressos ou Assembleias das Repúblicas, que, a princípio, deveriam ser constituídas por pessoas eleitas pelo sistema democrático vigente e, portanto, por representantes diretos ou indiretos do povo, não atuam como protagonistas.

- Percebe-se a ausência de procedimentos e parâmetros transparentes e eficazes para a implementação da participação cidadã como mecanismo de controle social e, quando incluída, essa participação muitas vezes não ocorre ou formam-se redes de cumplicidade, as quais, longe de mitigar, favorecem a corrupção.
- A região não conta com mecanismos institucionais de participação cidadã na supervisão das contratações administrativas ou das obras públicas. Também não existem sistemas adicionais de controle social para licitações e contratos de obras públicas que permitam a participação ativa dos cidadãos em sua revisão, monitoramento e avaliação.
- Observa-se a ausência de marcos legais abrangentes que ofereçam proteção aos funcionários públicos e cidadãos para que denunciem atos de corrupção. Além disso, é evidente a falta de mecanismos de proteção para os denunciantes e seus familiares, não apenas em relação à sua integridade física, mas também em relação à preservação de suas condições de trabalho.
- Em suma, há uma regulamentação totalmente permissiva e fraca no que diz respeito aos crimes de corrupção. As sanções penais são extremamente leves para os danos causados à sociedade, uma vez que se trata de desvio fraudulento e uso de bens do Estado, o que, em última análise, constitui uma violação dos direitos das pessoas. Na maioria dos países estudados, as penas são de três a cinco anos, o mesmo que para crimes considerados menos graves.
- Os privilégios previstos nas próprias leis para favorecer os funcionários públicos sugerem que elas foram elaboradas precisamente para favorecer aqueles que descaradamente detêm o poder. Por exemplo, um crime de roubo na Venezuela pode levar a uma pena de 12 a 15 anos, dependendo de sua execução, enquanto que o de corrupção pode levar a uma pena de três anos. A intencionalidade presente na legislação é totalmente óbvia.
- Em muitos dos países, o abuso de função nem sequer é classificado como crime e, em outros países, o ato de denunciar a corrupção pode até ser revertido contra os denunciantes e leva a penas de prisão muito severas. Um exemplo disso pode ser visto na Venezuela, onde a violação do sigilo de funcionários públicos na divulgação de informações é considerada traição e a pena pode chegar a 30 anos.
- A corrupção nos espaços privados, na maioria dos países, não é criminalizada e, portanto, nem mesmo constitui um ato prejudicial à sociedade, permanecendo exclusivamente no campo público.



Na Guatemala, 49,8% das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição. Foto: Caroline Trutmann / Tearfund

O Papel das Igrejas diante da Corrupção

Percepção e Caracterização da Corrupção

Como a corrupção é entendida e caracterizada? A partir da análise das pesquisas, entrevistas e grupos focais, foram identificadas diferentes percepções e formas de caracterizar a corrupção.

Em primeiro lugar, em relação ao próprio conceito de corrupção, foram vistas diferentes nuances entre os indivíduos entrevistados. Corrupção é:

- A. De uma forma mais geral, “desonestidade”, “falta de integridade”, “falta de honestidade”, “algo que foi bom e deu errado” ou “qualquer forma de injustiça”;¹

“Qualquer forma de injustiça é: corrupção, suborno, ganância, extorsão, abuso, usura, que é um termo muito forte nas igrejas, pecado, algo que vem da própria natureza da humanidade. Assim, a própria palavra corrupção origina-se de uma palavra hebraica e sua essência é o mesmo que causar danos, arruinar, corromper, toda a terra corrompida, toda a carne na terra, todos sem exceção foram corrompidos e corromperam o seu caminhar”. (Grupo focal)

¹ Alguns participantes de grupos focais

B. Uma ação que viola a justiça por meio da busca de interesses próprios;²

C. Uma ação que envolve o aspecto financeiro:³

a. Um roubo.

“Algo que nos roubam, algo que foi alocado e orçamentado para a execução de obras e que é desviado, embora também possa ser recursos humanos.” (Participante de um grupo focal)

b. Um enriquecimento ilícito.

“Por meio de recursos destinados a um fim, mas que são desviados em benefício de uma pessoa, através do abuso de poder.” (Participante de um grupo focal)

c. Um uso indevido de recursos.

“Uso indevido, incorreto e apropriação de recursos pertencentes a instituições e programas, que não lhes pertencem, desvio de recursos para outros projetos fora do marco que está sendo desenvolvido, o que significa desviar e usar indevidamente os recursos.” (Participante de um grupo focal)

d. A apropriação indevida de terras e outros direitos dos povos indígenas.⁴

“A corrupção faz com que as pessoas se apropriem de coisas que não lhes pertencem, tirando-as de outros, como é o caso das terras dos povos indígenas, os direitos indígenas, a saúde e a educação, que são direitos indígenas e que outros, movidos pelo egoísmo de certa forma, lhes negam, beneficiando seus próprios interesses, seu grupo. Eles desorganizam uma situação harmônica em benefício dos outros.” (Participante de um grupo focal)

D. Não apenas financeiramente, mas também tem a ver com a concessão de vantagens a amigos e o favoritismo e conta com muito apoio nos valores sociais tanto de cristãos como daqueles que não pertencem ao cristianismo, pois, se a pessoa não favorecer um parente ou amigo, ela se sentirá mal ou culpada. Alguns valores entram em conflito e a igreja não toca nesse assunto. Há uma tendência a se esperar favoritismo e tratamento preferencial nos relacionamentos e conexões, o que predomina muito na América Latina.

“Qualquer ato em que você se favoreça através do poder. Portanto, não se trata apenas de dinheiro, mas também de nepotismo, favoritismo e abuso de poder. É importante ver que se trata muito mais do que uma questão financeira.” (Participante de um grupo focal)

E. Vinculada ao abuso de poder.

F. Ligada à injustiça sistêmica por parte dos políticos no uso discriminatório dos povos indígenas, tirando sua voz, impondo culturalmente a modernidade hegemônica, não permitindo o desenvolvimento da visão de mundo dos povos indígenas.⁵

² Entrevistas com cinco representantes da Tearfund

³ Vários participantes de grupos focais

⁴ Participante de um grupo focal

⁵ Participantes do grupo focal indígena

- G. Contrária à integridade, prejudicando o tecido social.⁶
- H. No plano teológico, é um desvio da vontade de Deus, e diz respeito à natureza caída do ser humano.⁷
- I. Teologicamente falando, significa não amar o próximo, entendendo-se a comunidade como o próximo, pois todo ato de corrupção ameaça o bem comum, o bem da comunidade.⁸

Por outro lado, a pesquisa mostra um alto grau de consenso de que o enriquecimento indevido e a evasão fiscal são atos de corrupção. No entanto, há menos consenso sobre a responsabilidade das igrejas de fiscalizar o dinheiro das ofertas. Os participantes identificaram o seguinte como corrupção:

- A obtenção de benefícios pessoais em troca de favores políticos contradiz a fé cristã (94,8%).
- Receber dízimos de pessoas envolvidas em crime é um ato de corrupção (93,8%).
- As empresas que não pagam impostos são corruptas (91,7%).
- O não cumprimento do dever de fiscalizar o dinheiro das ofertas por parte das igrejas (86,5%).
- As vendas ambulantes sem o pagamento de impostos são corruptas (32,3%).

Quanto à prevalência, afirmou-se que a corrupção não está isolada, mas sim presente em todos os problemas.⁹ Além disso, a corrupção não é praticada apenas no setor público, mas, naturalmente, também abrange o setor privado, as igrejas e a forma como a autoridade e o poder são exercidos.¹⁰

A corrupção não está isolada, mas sim presente em todos os problemas.

⁶ Entrevista EE-2

⁷ Entrevistas com cinco representantes de Tearfund

⁸ Entrevista EE-1

⁹ Entrevistas com cinco representantes de Tearfund

¹⁰ Entrevista EE-2

Fatores que influenciam o papel das igrejas diante da corrupção

Uma constatação fundamental da pesquisa diz respeito ao papel da igreja diante da corrupção, que deveria ser o de ter uma voz profética no sentido de fazer denúncias. Argumentou-se que o papel da igreja face à corrupção é cumprir o dever moral e ético de denunciá-la com autoridade. É falar e agir contra a corrupção e a injustiça. A igreja deve se envolver na luta contra a corrupção. Os resultados da pesquisa com líderes de igrejas mostram que 98% dos participantes apoiam a intervenção da igreja no combate à corrupção, mostrando, assim, que isso faz parte do seu papel.

O papel da igreja diante da corrupção é cumprir o dever moral e ético de denunciar com autoridade ao confrontar-se com ela. É falar e agir contra a corrupção e a injustiça... Apesar disso, a igreja em geral carece de voz para denunciar a corrupção, silenciando-a, justificando-a e tornando-a invisível.

Apesar dessa forte afirmação sobre o papel profético da igreja, os resultados da pesquisa mostram que a igreja em geral carece de uma voz para denunciar a corrupção, silenciando-a, justificando-a e tornando-a invisível, a ponto de torná-la natural em seu interior e contribuir para a sua prevalência na sociedade. A maioria dos participantes reconheceu que a igreja na América Latina e no Caribe, em suas diversas denominações e manifestações, tem assumido uma posição receosa, tímida ou invisível em relação à questão da corrupção.

A pesquisa mostrou diferentes motivos ou fatores que têm contribuído e facilitado para que a igreja não apenas não exerça um papel profético contra a corrupção, mas até mesmo a tolere e pratique. Esses podem ser divididos em três grandes categorias: (a) fatores teológicos e bíblicos; (b) fatores políticos e econômicos; e (c) fatores socioculturais.

Fatores teológicos e bíblicos

Destacam-se os seguintes principais pontos:

Teologia da prosperidade

Os participantes concordam que o principal impedimento é a teologia da prosperidade, que fomenta a corrupção nas igrejas. Vários indivíduos entrevistados expressaram-se nesse sentido.

Algumas igrejas usam a Bíblia para justificar que as pessoas são pobres por serem pecadoras, portanto o sucesso e a prosperidade material devem ser buscados por todos os meios para não se estar em pecado. Isso se torna um fator que inibe o combate à corrupção e até mesmo a facilita e justifica.¹¹

A teologia da prosperidade é o principal impedimento e fomenta a corrupção nas igrejas.

¹¹ Entrevista EE-1

A questão da prosperidade,

“...tornou-se uma questão crítica. Os políticos evangélicos são homens e mulheres com muito poder e muita riqueza, então, não querem perdê-los e não dizem uma palavra. Portanto, é a questão da prosperidade, a teologia da prosperidade em particular, a questão do poder e poder para quê, poder para quem?” (Entrevista GF2-6)

“Temos uma fragilidade na área educacional. Nas igrejas, há um ponto muito importante para lidar com essas questões. Há fragilidade, não há aprofundamento e aceitam manipulações. Não há gestão exegética e teológica. Essas são as ferramentas usadas por aqueles que abusam dos recursos das igrejas, fazendo sua própria teologia e suas próprias ferramentas. Eles acham que isso é verdade, e o movimento mais claro sobre isso é a teologia da prosperidade. Esse é o eixo de todas as corrupções, também chamado de sementeira e colheita: quanto mais você semeia, mais você colhe. Tem gente que acredita tanto que entrega não só recursos, mas até mesmo imóveis etc. Isso por uma exegese distorcida.” (Entrevistado GF4-2)



📷 Um centro de atendimento pós-escolar para crianças nos arredores de Oruro, uma cidade mineira. A comunidade é formada por pessoas que migraram da zona rural para a cidade em busca de uma vida melhor. Em muitas famílias, as crianças trabalham para ajudar os pais ou ficam sozinhas o dia todo, enquanto ambos os pais saem para trabalhar.
Foto: Sara Aliaga / Tearfund

Teologia tradicional

As igrejas acreditam que não devem intervir nos problemas da sociedade, limitando-se a pregar o Evangelho. As pessoas pensam que o combate à corrupção não faz parte da missão da igreja e têm medo de trabalhar com processos sociais tão complexos.

“...ninguém disse [às igrejas] como servir à comunidade. Disseram-lhes como pregar o evangelho, como salvar almas, mas ninguém lhes disse como lidar com a polícia corrupta, com as autoridades corruptas, que também é necessário ter uma voz...” (ET-1)

As pessoas pensam que o combate à corrupção não faz parte da missão da igreja e têm medo de trabalhar com processos sociais tão complexos.

A tradição interpretativa de Romanos 13:1-7

Neste texto, o apóstolo Paulo estimula a obediência às autoridades. Desenvolveu-se uma teologia e prática pastoral de desengajamento, ou seja, submissão, simplesmente dizer “sim” ou não fazer nada diante dos mandatos da autoridade política, que historicamente está relacionada à autoridade religiosa. Essa tradição interpretativa omite o terceiro versículo da passagem, que enfatiza os crimes e a validação ética pela qual toda ação deve passar, seja ela a ação de um magistrado ou de um cidadão.

O silêncio das igrejas

“Nas igrejas, não se fala em corrupção. Pelo contrário, grande parte dos discursos justificam a corrupção... Pela experiência que tenho de muitos cultos e pregações, posso dizer que, nos últimos 10 ou 15 anos, nunca ouvi um discurso sobre ética...” (Entrevista GF4-1)

“Acredito que a questão da corrupção é invisibilizada no âmbito da igreja e, quando digo que ela é invisibilizada, estou usando o termo intencionalmente, pois algo que não se vê não é o mesmo que algo que se finge não se ver. O fenômeno da corrupção é considerado um fenômeno externo a nós, ou seja, fora de nós; é um fenômeno que está lá, enquanto nós estamos aqui... a corrupção tornou-se algo natural.” (Entrevista GF2-2)

“Embora existam muitas referências bíblicas diretamente ligadas à corrupção, elas não são mencionadas nem pregadas.” (Entrevistado EE-1)

“O fenômeno da corrupção é considerado um fenômeno externo a nós, ou seja, fora de nós. É um fenômeno que está lá, enquanto nós estamos aqui... a corrupção tornou-se algo natural.” (Entrevista GF2-2)

Falta uma teologia da missão integral

Falta educação e formação para as lideranças sócio-religiosas com base em uma teologia da ética e na missão integral no contexto da missão de Deus.

“O problema da corrupção está no início da caminhada da pessoa convertida. É necessário um discipulado correto e genuíno, em que a igreja realmente forme a identidade de Cristo na vida daqueles que se dispõem a andar com ele. Em vez de a igreja ser sal e luz para o mundo, ela acaba sendo corrompida por aquilo que a rodeia.” (GF7-1)

Mantém-se a visão de que a igreja não deve interferir na política nem nos problemas econômicos ou sociais, mas apenas pregar às pessoas. Devido a essa ideologia, torna-se difícil fazer a igreja entender que certamente, enquanto igreja, temos a responsabilidade de falar contra a corrupção e que, de fato, o papel da igreja é falar e agir contra a corrupção.¹²

A igreja está inerte e não se posicionou contra a corrupção pela forma como recebemos o Evangelho. Essa forma de implantação de um Reino aqui e agora ainda não está ao alcance de nós, povos indígenas. Uma das questões é trabalhar a ideia de que a igreja é um agente de transformação e, recordando a palavra bíblica, uso Neemias como referência.¹³

“É difícil para a igreja entender a questão da corrupção a partir da palavra, porque, apesar de conhecê-la, ela se concentra no espiritual. Ela diz que salvar a alma para ir para o céu é a única coisa que se deve fazer e isso não é teológico. Ela não quer sujar as mãos, mesmo sabendo que deve fazê-lo. Paulo falava de dupla cidadania, somos cidadãos de uma nação, temos direitos e obrigações e, então, nós nos vemos como igreja. Infelizmente isso aumentou nossa indiferença aos males sociais. Sabemos que há muita corrupção.” (GF7-13)

“A igreja está inerte e não se posicionou contra a corrupção pela forma como recebemos o evangelho.”

A igreja deve exercer um papel fundamental no aprofundamento do vínculo comunitário, principalmente nas megaigrejas, onde pouco se faz. É diferente nas igrejas dos bairros, que são pequenas e o fazem. Nesse sentido, uma participante de um grupo focal concluiu que a igreja:

“...tem um papel e um dever. A ênfase da mensagem de Jesus Cristo no Antigo Testamento, em Deuteronômio e em Gênesis é que devo zelar por meu irmão. Se a igreja ensinasse isso corretamente, seria uma vacina contra a corrupção. O problema é que a igreja desviou muito a pregação, que já não se baseia mais na Bíblia, mas sim no que é dito por algumas pessoas. O cristão que não estuda a Bíblia não sabe que um dos deveres da igreja é zelar por seu irmão e responder à pergunta ‘Onde está o seu irmão?’” (GF4-1)

¹² Entrevistas ET-1 e EE-1

¹³ Entrevista GF7-7

Os participantes do grupo focal no Haiti observaram que a igreja deve apoiar as pessoas o máximo possível, em vez de usá-las gratuitamente o tempo todo. A igreja começou a pregar mais sobre corrupção. Os pregadores e outras lideranças precisam pregar de forma diferente. As igrejas estão pregando a mesma velha mensagem, que não é mais relevante para os problemas e o contexto de hoje. A pregação precisa ser contextualizada para a atualidade. A igreja precisa parar de temer a política e deve se comprometer com a reconstrução da sociedade, o que inclui o comprometimento político e cívico.¹⁴

Fatores políticos e econômicos

Essa relação entre a igreja e a política, inclusive os governos, foi repetidamente identificada como o ambiente propício para a proliferação da corrupção. Vários entrevistados mencionaram a cumplicidade da igreja com os governos no poder, que oferecem favores em troca de apoio.

Cria-se uma relação de interesse mútuo

A igreja é usada para fins eleitorais e recebe favores. Os políticos reconhecem que a população evangélica é constituída por um alto número de pessoas. Por exemplo, segundo sua percepção, mais de 50% da população considera-se evangélica. Desses 50%, 70% são de tradição pentecostal. Assim, os governos abordam e manipulam as igrejas, mas, ao mesmo tempo, oferecem apoio financeiro, que é muito útil para elas, contribuindo com grandes quantias em dízimos, as quais criam uma relação de interesse mútuo entre os políticos e as igrejas.¹⁵

“Os casos de corrupção estão ocorrendo porque o governo começa a apoiar certas iniciativas de setores evangélicos com financiamentos, dinheiro ou regalias, com favores, sem pagamento de impostos etc. Muitos pastores recebem dízimos de drogas sem nenhum problema, bem como ofertas muito generosas, em espécie ou em lavagem de dinheiro.” (ET-1)

A igreja acomoda-se ao poder político

O exercício desenfreado do poder estatal e as práticas políticas desonestas são endossadas pelos vários grupos religiosos, ou seja, as diferentes comunidades de fé, assumem posturas complacentes e de aproximação a esses grupos, através das quais evidentemente podem se beneficiar com o exercício do poder.

É um problema sério em vários países da América Central

O problema da igreja é que quando está tão próxima do governo, ela perde a autoridade para executar e esse é um problema enfrentado em Honduras e na Guatemala.¹⁶

No caso da Nicarágua:

*“O governo Ortega convidou muitos setores evangélicos e eles estão divididos”.
(Entrevista ET-1)*

“Os 70 ou 80% dos líderes que eu conheço permanecem em silêncio diante da corrupção... Os dirigentes das igrejas que se aliaram aos governos perderam a liberdade de criticá-los.” (Entrevista ET-1)

¹⁴ Grupo focal

¹⁵ Entrevista ET-1

¹⁶ Entrevistas GF2-4 e ET-1

No caso da Guatemala:

“A relação do neopentecostalismo com o Estado é uma relação de camaradagem com benefícios mútuos. Se somos amigos do presidente, somos relevantes, temos influência, vamos em frente sem ver os problemas sociais que estamos presenciando. Estamos silenciando a voz dos mais pobres e vulneráveis, tudo é uma relação de influência.” (Entrevista GF2-4)

“O que está acontecendo na Nicarágua? Na Nicarágua, como a Igreja Católica e o governo estão lutando, o governo Ortega convidou vários setores evangélicos e eles estão divididos. Vários setores evangélicos aceitaram a ajuda de Ortega, mas outros setores não, assim, há tensão entre alguns evangélicos.” (ET-1)

“Os governantes das igrejas que se aliaram aos governos perderam a liberdade de criticá-los.” (Entrevista ET-1)

El Salvador:

“Se muitos representantes evangélicos apareceram publicamente para apoiar e justificar, com ‘apoio divino’, os candidatos à presidência da república, não é de surpreender que, em algum momento, também apareçam os que apoiam ‘leis’ contra a vida ou simplesmente continuam calados diante da injustiça social que se está vivendo, pois nesse sentido, sua função é servil e eles só se humilham diante do poder em busca de benefícios próprios. A igreja evangélica deve compreender seu papel dentro da dinâmica política do país. O papel de ator não é favorecer políticos em troca de favores ou reconhecimento, mas sim corrigir a corrupção da política salvadorenha. Uma igreja que desempenha o papel de ‘ator’ deve ter uma práxis de justiça contra a corrupção. Claro que isso não colocará a igreja em uma posição privilegiada diante do poder político: pelo contrário, seguir a práxis de Jesus implica ir contra a moral do sistema...”

Cornejo Hernández (2020, p. 35-45)

Outros fatores políticos e/ou econômicos incluem: a dinâmica econômica de consumo que naturaliza a corrupção, a forte correlação entre pobreza e corrupção, salários insuficientes, o abandono e a falta de alternativas à pobreza por parte dos governos o sistema social corrupto e injusto, a burocracia nas prefeituras e a impunidade no sistema de justiça.

Um entrevistado observou que é uma questão estrutural:

“O racismo, a desigualdade e a injustiça estruturais facilitam a corrupção. Esses são sistemas e estruturas que usurpam recursos que não são seus. Não estou falando apenas de recursos financeiros, mas também da usurpação de tempo, riquezas culturais e ancestrais, terras e recursos naturais. Essa é uma usurpação em que o 'outro' é prejudicado. O 'outro', que também habita aquele espaço, é prejudicado. A corrupção é uma forma total de violência.” (Entrevista ET-5)

A partir dos resultados da pesquisa, observou-se a ligação entre a igreja e a política da seguinte forma: a igreja deve influenciar a política (76%); os políticos devem consultar as lideranças religiosas (58,3%); e os políticos têm o direito de influenciar as igrejas (11,5%).



📷 Cerca de dois milhões de migrantes venezuelanos estabeleceram-se na Colômbia depois de fugir da crise socioeconômica em seu país. Foto: Ferley Ospina / Tearfund

Fatores socioculturais

Destacam-se os seguintes pontos:

A corrupção é uma norma cultural

Há uma normalização de comportamentos e práticas que não são questionados e evidentemente favorecem atos de corrupção, mesmo desde uma idade tenra.

Os atos de corrupção são normalizados e tornam-se naturais (evasão fiscal, sobrepreços etc.)¹⁷, assim, estão presentes em todos os estamentos da sociedade. Eles são justificados usando-se a pobreza como escudo¹⁸ e também biblicamente, como algo a que se tem direito: a pessoa sente como se tivesse sofrido uma injustiça, “faça isso porque me fizeram o mesmo antes”. Nesse sentido, foram feitos os seguintes comentários coincidentes:

“Se o político rouba, eu também tenho o direito de ter algo – essa é a norma. Você está comendo em um restaurante e perguntam-lhe que valor você quer que seja colocado no recibo.

¹⁷ Entrevistas ET-1 e ET-2

¹⁸ Entrevista ET-4

Para mim, essas coisas são a normalização de algo que, em uma cultura como a da Suécia, onde eu vivo, seria uma grande vergonha.” (Entrevista GF6-4)

Os atos de corrupção são justificados como algo a que a pessoa tem direito: sofreu uma injustiça e eu faço isso porque me fizeram o mesmo antes.

“A corrupção está em todos os estamentos da sociedade. As pessoas estão cientes de que ela existe. Os altos escalões do governo estão cientes dela, na Presidência, nos diversos ministérios, nos institutos e nos diferentes estamentos da sociedade. Mas o problema vai além disso, pois está na base e nos alicerces da sociedade, até mesmo nas comunidades e nos lares.” (Entrevista ET-4)

“Há sobrepreços na compra de produtos. Há sobrepreços na adjudicação de obras, pois as empresas pagam uma taxa de 10% a quem assina o contrato, ou seja, às prefeituras. Há uma dinâmica econômica que torna a corrupção algo natural, pela qual as pessoas pobres optam. Por exemplo, gerar dinheiro sem pagar impostos com mercadorias de forma ilegal. Há também funcionários alfandegários, empresários, militares e policiais que se prestam ao contrabando. As pessoas provavelmente optarão pelo que for mais simples, ágil ou rápido, sem declarar seus negócios mensalmente. A prefeitura de Santa Cruz normaliza a corrupção: ‘Eu roubo sim, mas faço obras, comprovo que estou fazendo a cidade prosperar’. A corrupção aumentou neste último governo, tem sido vista como algo natural, tem sido mais pública e notória e, como eu diria, mais notável.” (Entrevista ET-2)

“As causas estão relacionadas com a impunidade e a banalização: a corrupção passa a fazer parte da cultura através da normalização. É o famoso ‘jeitinho’ brasileiro que deixa passar as coisas e vai baixando os padrões. O nível de apreciação do que é correto vai baixando e tornando-se cada vez menor. Cada vez é necessário algo maior para nos causar um impacto. Há um elemento cultural nisso.” (GF6-1)

A igreja normalizou a corrupção em sua conduta externa e interna

Em relação à política que foi introduzida na igreja e à corrupção estabelecidas nas práticas cotidianas:

“As pessoas procuram formas de gerar verbas, evitar o pagamento de impostos, o pagamento de serviços, como a energia elétrica, incorrendo em atos de corrupção. Para justificar a corrupção, são usadas até mesmo a palavra de Deus e a Bíblia. Já é uma questão de cultura – individualismo, competição, consumo, enfraquecimento do aspecto comunitário. Não há solidariedade. Não há um senso de construir juntos para o país, para a comunidade.” (Entrevista ET-1)

Os membros da igreja que são funcionários públicos participam de práticas corruptas.¹⁹ Os políticos cristãos não têm feito nenhum esforço sistemático para combater a corrupção.²⁰

¹⁹ Entrevista ET-3

²⁰ Entrevista ET-4

“Não podemos nos conformar em dizer que a corrupção está na natureza da política, pois essa corrupção afeta a igreja. Em alguns casos, as igrejas limitam-se ao assistencialismo, oferecendo serviços médicos e alimentando os famintos. Todos nós, como cristãos, temos esse dever moral e ético, mas também devemos combater a corrupção. (Entrevista ET-3)

Entre os principais atores que participam de atos de corrupção com funcionários do governo estão: membros de igrejas, políticos, setor empresarial, banqueiros, setor policial, instituições internacionais (Banco Centro-Americano), militares, narcotraficantes, contrabandistas, lideranças e pastores cristãos, deputados, senadores, congressistas.

Vários entrevistados afirmaram que a igreja não tem transparência, que é uma igreja que não presta contas, cujos orçamentos, quando existem, não são públicos e não demonstram uma boa gestão realizada de forma pública, por exemplo, perante a comunidade. Ao contrário, o dízimo de origem ilegal é parte importante da gestão dentro das igrejas, gerando cumplicidade entre pastores, políticos e empresários cristãos corruptos. As igrejas beneficiam-se com o dízimo, um produto da corrupção, ocultando atos ilícitos desde que haja dinheiro nas igrejas. Estamos diante de uma igreja que não está acostumada a prestar contas, uma igreja que não elabora orçamentos, uma igreja que não considera isso como parte dos processos de qualquer instituição ou organização.²¹

A pesquisa mostra que apenas 27% dos participantes conhecem alguma organização eclesial ou social que trabalhe com o problema da corrupção, o que mostra uma baixa incidência da igreja no enfrentamento a esse problema social. Por outro lado, 49,5% mencionaram ter presenciado algum ato de corrupção nas igrejas, indicando uma incidência significativa de corrupção dentro das instituições religiosas.

Há um alto risco em termos de segurança e garantia da vida dos pastores e dos/das líderes que realizam trabalho social e lutam contra a corrupção.

Falta conscientização cidadã e responsabilidade coletiva.

Faltam controle social e educação cidadã.

Que aspecto em termos de educação nos falta? Esse aspecto é a educação cidadã que diz: “Não cometerás injustiça”, embora também devêssemos dizer: “Não permitirás a injustiça”.²²

Certos valores sociais entram em conflito e a igreja não aborda essas questões.

Temos uma tendência a esperar favoritismo e preferências por parte das nossas conexões e isso é muito prevalente na América Latina.

²¹ Entrevista ET-1

²² Entrevista EE-3

Fatores que incentivam a igreja a assumir seu papel

A pesquisa também ofereceu contribuições sobre os fatores que incentivam e contribuem para que a igreja desempenhe um papel positivo no combate à corrupção. Foram observados os seguintes:

Uma fé profunda e verdadeira

O exemplo de Jesus

Jesus sempre desempenhou um papel ativo diante da injustiça:

“O Evangelho do Reino tem essa perspectiva do que sou. O que eu faço deve indicar ou mostrar os sinais do Reino, que são a justiça em suas diversas expressões”. (Entrevista EE-3)

Uma compreensão teológica relacionada à concepção de justiça dentro do texto bíblico, em que prevalecem exemplos de corrupção praticada por governos, pessoas, estruturas, em oposição à vontade de Deus e quando o papel dos cristãos deveria ser seguir o exemplo de Jesus através da denúncia.²³

Em relação a Jesus e ao amor:

“Eu diria que o mais importante é Jesus e especificamente os dois mandamentos mais importantes: Amarás a Deus e ao próximo como a ti mesmo”. (Entrevista GF4-1)

Uma igreja que promove o senso de comunidade

“Acredito que o grande problema que temos no norte da América Central é que estamos gerando cidades de desesperança. Vejo que o único âmbito em que se mantém um certo nível de esperança é o da igreja e, quando essa esperança também é estimulada num sentido de comunidade e solidariedade, isso nos motiva a sermos diferentes. Isso não só afeta a questão de não nos envolvermos em atos de corrupção, mas também nos motiva a sermos solidários com os necessitados e leva a uma série de boas ações...” (Entrevista ET-2)

Acesso à informação e prestação de contas

“As igrejas e as comunidades devem ter informações adequadas sobre os problemas e dificuldades para conseguir resolvê-los. De posse dessas informações, alcança-se a legitimidade, que permite a exigência de prestação de contas por parte das entidades públicas e dos governantes, valendo-se do diálogo com essas entidades para reivindicar soluções adequadas para os problemas.” (ET-3)

Educação

“Precisamos de mais educação, mais defesa e promoção de direitos para que as pessoas entendam porque não devem participar de práticas corruptas – educação e superação da pobreza.” (Entrevista ET-4)

“Acredito que a formação religiosa seja necessária no sentido de espiritualidade. Não quero dizer apenas a formação cristã. Quero dizer a espiritualidade que valoriza a honestidade e a integridade. Porque o que muda primeiro são as pessoas. Primeiro muda o ser humano e depois muda o sistema. Assim, o passo espiritual é essencial para mudarmos o sistema público.” (ET-5)

²³ Entrevistas EE-3 e EE-2

“O primeiro passo é a conscientização dos cidadãos, sua responsabilidade coletiva... O trabalho de conscientização é algo muito significativo. Na medida em que aprofundo minha consciência e responsabilidade coletiva, passo a agir de forma diferente. Se faço algo ruim, faço com um peso na consciência e, se eu tiver essa consciência individual, passarei a impedir outros de fazerem coisas erradas ou corruptas...” (Entrevista EE-3)

Ética cristã

“A base está na ética do Reino de Deus, nos valores do Reino de Deus. Mesmo quando penso na minha formação, não roubar é inculcado em nós. Isso não é suficiente. Vai além disso. Trata-se de pensar não apenas nessa dimensão moralista dos mandamentos, mas numa ética do Reino que tenha como referência o próximo e não o roubo.” (Entrevista GF6-1)

Transparência

“Aqui entendemos o texto que diz: ‘Conhecerão a verdade, e a verdade os libertará’. Nós a conhecemos não apenas pelo seu significado bíblico, mas pelo seu sentido mais amplo: saber o que está acontecendo. O mau uso dos recursos gera um nível de indignação que contribui para o envolvimento das pessoas nas lutas. Tivemos um treinamento em Teresina (Piauí) com um município de seis mil habitantes”. (EE-3)

Fiscalização social

“Nós temos direito ao acesso à informação, a uma auditoria social, a confrontar o governo e dizer: ‘Vocês não podem fazer isso, parem’. O poder que temos é o poder de fiscalizar.” (EE-2)

Como parte dos resultados da pesquisa, há fatores positivos na percepção dos reverendos, pastores, lideranças históricas e igrejas evangélicas, que garantem que suas igrejas aplicam mecanismos para evitar ou sancionar a corrupção: mecanismos de transparência, como relatórios públicos e prestação de contas; mecanismos de fiscalização, como auditorias internas e externas; atividades educacionais ou capacitações; protocolos de denúncia; e atividades de controle comunitário. Respostas desse tipo foram fornecidas na amostra proveniente da liderança eclesial do Haiti, a maior parte da qual faz parte da campanha anticorrupção "O Haiti que queremos". Esses resultados mostraram uma discrepância marcante com o restante das amostras da América Latina.

Recomendações

Recomendações fundamentais – Políticas Eclesiásticas para Combater a Corrupção Interna e Externamente

Com base nos resultados da pesquisa, estas são as recomendações fundamentais no que diz respeito às políticas eclesásticas de combate à corrupção:

Transformação interna das igrejas

A igreja tem desempenhado um papel temeroso no combate à corrupção e, além disso, tem sido cúmplice. Para a transformação da igreja é necessário que se avaliem e revisem: (a) as relações entre igrejas, governos, atores sociais, políticos e empresariais; (b) os processos administrativos internos de prestação de contas; (c) a teologia tradicional e/ou da prosperidade para cumprir seu papel de falar e agir contra a corrupção e a injustiça.

Reconhecimento da igreja como espaço de poder

Algumas igrejas evitam o vínculo entre a igreja e o poder social apoiando teologias que pregam que a igreja não deve intervir na política ou nos problemas da sociedade. Outras igrejas aproveitam-se do poder social da igreja de forma desequilibrada e beneficiam-se financeiramente do estreito vínculo com o governo, mas não têm usado esse poder para lutar pela transformação social e promovê-la. É necessário revisar o tipo de pregação que defende teologias que ensinam que “você é pobre porque é pecador”. As igrejas também precisam exercer justiça sobre a corrupção e a pobreza e aprofundar a ética de Jesus, defendendo a transparência, a responsabilidade e a integridade dos governos.

Transformação da práxis cotidiana nas comunidades

É preciso ressignificar, reler e fazer uma reflexão profunda para reencontrar os paradigmas do Evangelho no que diz respeito à prosperidade e ao amor ao próximo. Isso implica; (a) ter uma voz que não silencie as injustiças e as atrocidades contra os mais oprimidos historicamente; (b) ressignificar o Evangelho na práxis a partir da ética de Jesus, retomando ensinamentos importantes como: "Ame a Deus e ao seu próximo como a si mesmo", em Mateus 22; (c) uma revisão profunda e contextualizada dos textos bíblicos e o pleno respeito e reconhecimento das visões de mundo indígenas e seu senso de coletividade na compreensão do equilíbrio; (d) retomar as diferentes narrativas bíblicas que chamam ao reconhecimento e à reconciliação; e (e) promover a formação ética e cidadã para mitigar o fenômeno da corrupção.

Mudança de perspectiva dos/as líderes sobre o papel da igreja

É necessário educar os/as líderes na teologia sobre a ética e a missão integral de Deus. Isso implica: (a) cumprir o dever moral e uma ética cristã manifestada na vida cotidiana, em que o cumprimento dos regulamentos e das normas é a prática do exemplo para poder denunciar com autoridade os atos de corrupção; e (b) fortalecer a educação cívica e social, a capacitação, o ensino e a defesa e promoção de direitos para exigir leis justas para a maioria.

O papel profético da igreja e seu poder de fiscalização

O papel da igreja na América Latina e no Caribe diante da corrupção deve ser de seguir o chamado de Deus para ir além da oração, exercendo seu papel profético e seu dever moral e ético de denunciar com autoridade. Ela é chamada para falar e agir contra a corrupção e a injustiça e ser sal e luz no mundo. Isso implica: (a) questionar seu papel de sal e luz no mundo para mudar a história, as normas sociais e combater a corrupção como psicopatia social; e (b) educar desde cedo os jovens para conscientizar, prevenir e seguir o exemplo do pecador que se arrepende e tenta novamente fazer o que é certo. É não reforçar a conduta do corrupto, que cria mecanismos para se justificar. É ter consciência da proteção do meio ambiente, praticar e promover a igualdade de gênero, a organização de base comunitária, a auditoria social, a justiça social e exigir órgãos de controle eficientes.

Ressignificação do papel da igreja em suas diferentes denominações para mitigar a corrupção

Isso implica uma ética na gestão dos recursos, transparência, evidência, gestão baseada em resultados e a autocrítica: valores que estão longe das posturas complacentes que legitimam a corrupção.

Recomendações da Tearfund em âmbito global

Participação de igrejas na transformação social

Isso implica a formação de redes de pastores e líderes de igrejas para o trabalho comunitário: o estímulo para que as organizações de fé se oponham à corrupção, o trabalho em grupo, o exemplo, a solidariedade, a tendência ao construtivo e o encorajamento do amor baseado na missão e no propósito da igreja.

Direcionamento das estratégias contra a corrupção

Isso implica educar as lideranças sócio-religiosas na teologia da ética e na missão integral de Deus, no ensino da ética cristã contra a corrupção, no exemplo, na solidariedade, no amor e na ação para agradar a Deus e na promoção e defesa de direitos para exigir e influenciar a solução dos problemas da comunidade.

Elaboração, projeção e execução de estratégias contra a corrupção

Isso implica o pragmatismo ao pôr em prática soluções concretas, assumindo uma voz profética de denúncia contra a corrupção institucionalizada e a injustiça em todas as suas manifestações; a formação ética; a participação cidadã; a reeducação com uma perspectiva teológica bíblica para a libertação, mobilização, organização, acompanhamento e defesa e promoção de direitos em torno de questões sociais; a reflexão sobre a percepção da corrupção a partir da visão de mundo indígena; e o fortalecimento dos direitos das mulheres, povos indígenas, crianças e adolescentes e populações vulneráveis.

Recomendações de outros participantes

Abordar duas áreas estratégicas: educar e equipar

A primeira tem a ver com a educação, o discipulado, a conscientização de cristãos e líderes para conscientizar as pessoas de que o combate à corrupção deve ser importante para nós, porque o combate à corrupção é importante para Deus. Essa conscientização deve ser acompanhada por uma profunda reflexão baseada na Bíblia. A segunda área tem a ver com equipar os cristãos, motivá-los a se mobilizarem como cidadãos ativos da sociedade, que estejam muito mais envolvidos na boa governança de suas comunidades por meio de ONGs, com uma participação maior nas escolas, nos hospitais e em outros espaços. Isso se chama ativismo cidadão (Laver 2019, p. 106).

Conhecer e reconhecer outras iniciativas que não sejam da igreja e que estejam abordando a questão da corrupção

A igreja poderia criar o ministério da profecia ou o ministério da cidadania para acolher as pessoas que trabalham com essa questão, já estejam envolvidas e até mesmo sejam perseguidas e assediadas por corruptos notórios ou seus – pessoas que podem ser processadas e punidas por sua luta.²⁴

Trabalhar com a igreja local por meio da reflexão bíblica teológica e do desenvolvimento local

É necessário apresentar modelos práticos de enfrentamento à corrupção, que contribuam e que mostrem os passos iniciais, que apontem caminhos, que proporcionem condições para que a organização de base local possa dar estes passos. Também é necessário trabalhar com a sociedade civil para monitorar a organização e a administração pública, com o fim de evitar a corrupção, e oferecer formação básica para a conscientização política.²⁵

²⁴ Entrevista EE-2

²⁵ Entrevista EE-3

Recomendações dos grupos focais

- Além de ter uma voz profética, transmitir também soluções e agir sobre essa problemática, começando por nós mesmos.
- Compartilhar os resultados desta pesquisa para gerar novas estratégias dentro das organizações e incentivá-las a continuar com essas ações e trabalhar em prol das pessoas mais vulneráveis.
- Acompanhar a situação que vivemos de pobreza, injustiça e necessidade, sobretudo no setor da saúde, agravada pela Covid-19, em que os mais vulneráveis são os que sofrem. Acompanhar a resposta humanitária, refletir e agir. Participando ou não de partidos políticos, a igreja deve servir de reserva moral e ética diante dos excessos e dos atos de corrupção, mas deve acompanhar efetivamente os movimentos sociais, ter mais voz e força.
- Exercer um trabalho educativo. É necessário erguer a voz profética e denunciar.
- Prover formação moral ética em valores e princípios; formação para a participação cidadã.
- A igreja precisa se posicionar a partir do ponto de vista do acompanhamento das pessoas marginalizadas e das vítimas, sem tolerar nem deixar passar coisas.
- Reunir pessoas para a defesa e promoção de direitos e para aumentar a conscientização. Promover e elaborar cursos de formação de facilitadores para alcançar mudanças.
- Realizar campanhas de bons tratos para promover os bons tratos de crianças e adolescentes – uma campanha de conscientização pública em que as pessoas sejam orientadas a tratar as crianças com respeito.
- Reeducar a igreja é essencial para mudar a cultura da corrupção. Ensinar os adultos novamente e treinar os jovens.
- Apoiar as igrejas para que deem importância à transparência, à prestação de contas e à apresentação de relatórios.
- Promover a mobilização de jovens. É muito difícil mudar os costumes e hábitos das gerações mais velhas. É muito melhor, mais fácil, mais rápido e mais sustentável desenvolver as próximas gerações.
- Como próximo passo, mobilizar as lideranças e os jovens através da conscientização e da abordagem da corrupção como um problema.
- Ter uma experiência positiva e compartilhá-la. Isso permite afirmar que é possível começar com pequenos grupos e ter um efeito multiplicador.
- Criar um movimento de oração para acompanhar os diferentes projetos.
- Conhecer as leis do nosso país. Todos os países possuem leis que podem servir de marco para a realização de um processo de defesa e promoção de direitos.
- Refletir sobre o que entendemos por corrupção a partir das nossas próprias experiências e nossa compreensão da Bíblia.
- Enriquecer e ampliar o conceito de corrupção incorporando a visão de mundo indígena e usando esse conhecimento enriquecido nos programas de defesa e promoção de direitos.
- Apoiar as lutas e os movimentos em prol da autonomia indígena, realizando um acompanhamento real e sincero.
- Observar as reivindicações dos povos indígenas.

Recomendações da equipe de pesquisa do DEI

- As intervenções e estratégias baseiam-se na constatação de que a corrupção é uma questão pertinente e que precisa ser abordada no trabalho realizado com as igrejas na América Latina e no Caribe. Elas fazem parte de sua ação profética, numa perspectiva de Missão Integral e em seu compromisso com a transformação social de promover a justiça do Reino de Deus.
- O trabalho contra a corrupção precisa ser orientado por uma análise crítica e permanente da realidade, atenta à ambiguidade acarretada pela questão. O combate à corrupção tem sido utilizado por grupos políticos como forma de combater governos populares e até mesmo justificar intervenções nos países, ameaçando, assim, a ordem democrática. Manter uma atitude crítica, buscando as diferentes abordagens de reflexão com base no contexto imediato, mantendo o enfoque regional e global e o compromisso com os grupos mais pobres e excluídos.
- Para trabalhar com a questão da corrupção na América Latina e no Caribe, especialmente em relação aos povos indígenas e afrodescendentes, considerar a importância de ampliar a compreensão sobre a corrupção, vista a partir da visão de mundo desses povos. A corrupção faz parte de um sistema, de estruturas que usurpam recursos que não lhes pertencem. Esses recursos não se limitam aos econômicos e financeiros, mas incluem também a usurpação de tempo, riquezas, culturas ancestrais, saberes, terras e recursos naturais – o uso do “outro” com base no não reconhecimento da sua cultura. Essa é a demanda por justiça que surge desses grupos – um clamor que precisa ser ouvido pelas igrejas.
- Para a implementação do trabalho em cada país, realizar uma análise detalhada e aprofundada da realidade das igrejas, sua história, teologia e características de seus membros. Esses elementos foram contemplados nesta pesquisa, mas precisam ser analisados em profundidade em cada contexto local.
- As ações das igrejas estão baseadas no compromisso com sua fé, seus valores éticos, inspirados por uma leitura bíblico-teológica que afirma seus membros como cidadãos, como atores sociais, com uma atitude de respeito e diálogo para com os demais atores, chamados a participar e a se envolverem na erradicação da corrupção.
- No trabalho pela erradicação da corrupção, a partir das igrejas, priorizar as seguintes áreas: (a) Formação teológica – insistir para que sejam incluídas, nos currículos dos seminários e institutos teológicos, disciplinas ligadas à análise da realidade, da ética, da pobreza e da corrupção; (b) Em âmbito de igreja local, incluir a questão nos diversos espaços formativos, tais como escolas dominicais, grupos e associações de jovens, de mulheres e outros; (c) Para pastores/as e pessoas leigas, estimular a participação em grupos de reflexão e estudo de “fé e política”. A experiência proveniente do Brasil oferece uma importante contribuição; (d) Considerar o acompanhamento pastoral de indivíduos e grupos de cristãos dedicados ao trabalho anticorrupção, para que se sintam mais amparados pelas igrejas e menos sozinhos. Sugere-se, conforme mencionado acima, a criação de um *Ministério da Profecia*²⁶ ou *Ministério da Cidadania*. Ao fazer um acompanhamento, considerar a questão da segurança física, pessoal e coletiva de quem realiza esse trabalho.
- Para a equipe que assumirá a liderança desse trabalho, será importante ter um conhecimento aprofundado das teologias das igrejas pentecostais e neopentecostais, especialmente a Teologia da Prosperidade, uma questão mencionada nesta pesquisa, mas cujo escopo não nos foi possível analisar.

²⁶Nas tradições latino-americanas, essa ideia está ligada a seguir o exemplo dos profetas do Antigo Testamento de denunciar a injustiça.

- A reflexão bíblico-teológica, especialmente os estudos bíblicos, são a melhor maneira de iniciar a reflexão sobre a corrupção nas comunidades de fé. As pessoas e os grupos que já trabalham em torno da questão indicam esse caminho como uma forma de despertar o interesse e o comprometimento dos cristãos.
- Produção de materiais relacionados à questão da corrupção e as igrejas. Além dos estudos bíblicos, sugerem-se a formação de espaços de oração para as pessoas comprometidas com o combate à corrupção, a elaboração de materiais litúrgicos e a promoção de campanhas temáticas por um determinado período de tempo.
- Como forma de iniciar e fortalecer o trabalho, é importante divulgar experiências bem-sucedidas de boas práticas, em que haja sido possível formar grupos ou equipes de igrejas para trabalhar em torno da questão da igreja e a corrupção e as lições aprendidas através da experiência.
- Para o trabalho em grupo, pode ser mais motivador começar por temas mais próximos da vida cotidiana, como o combate à corrupção e a educação, a saúde, o meio ambiente e a ação social. Fazer um diagnóstico da realidade, que possa ser avaliado posteriormente para que os avanços sejam visíveis.
- Motivar e acompanhar as igrejas no desenvolvimento de uma política anticorrupção, de transparência e de prestação de contas para uso interno e como exercício para a vida cívica de seus membros.

ANEXO A: Metodologia da pesquisa

Sujeitos do estudo

Os sujeitos da pesquisa foram líderes de igrejas evangélicas de diferentes denominações. Um dos critérios foi incluir igrejas indígenas e/ou afrodescendentes e igrejas com diferentes tradições eclesiais, tais como históricas, conservadoras, pentecostais e neopentecostais, bem como diferentes cargos ou ministérios dentro da igreja.

Foi realizada uma revisão bibliográfica, em que foram analisados os principais processos históricos relacionados à corrupção a fim de determinar as causas e os efeitos percebidos dessa problemática, seu contexto e números, bem como o papel desempenhado pelas igrejas nesse fenômeno.

O trabalho de investigação começa com a elaboração e a aplicação de uma pesquisa para compreender as percepções e as atitudes das pessoas que fazem parte das igrejas na América Latina e no Caribe. Para isso, foi utilizado o método de amostragem em bola de neve. O formulário foi criado e enviado através de uma ferramenta de formulário digital para revisar detalhadamente as perguntas e respostas em cinco dimensões: (1) percepção do impacto da corrupção, (2) atitudes diante da corrupção, (3) percepção da relação entre a igreja e o mundo, (4) ações contra a corrupção nas igrejas e (5) ações mais efetivas para enfrentar a corrupção. A amostra foi obtida com a participação de 163 líderes de igrejas evangélicas dos 10 países estudados.

Paralelamente ao desenvolvimento das pesquisas, foram realizadas entrevistas estruturadas com cinco membros responsáveis pelo trabalho da Tearfund na Bolívia, na Guatemala, em Honduras, na Nicarágua, no Haiti, na Colômbia e no Brasil, bem como um participante do Quênia, que trabalha para a Tearfund no âmbito global. O objetivo desse processo foi investigar o papel que a igreja poderia desempenhar diante da corrupção na América Latina e no Caribe e, em particular, nos países onde a Tearfund atua, bem como as iniciativas atuais nesse sentido.

A seguir, os resultados obtidos com as pesquisas e entrevistas foram aprofundados com a realização de sete grupos focais através de encontros virtuais com líderes e membros de igrejas dos diferentes países estudados. Para isso, perguntou-se sobre o papel das igrejas na mitigação ou na contribuição para a corrupção e à construção de propostas de estratégias e possíveis intervenções para enfrentá-la e preveni-la, o que inicialmente sugeriu a realização das discussões de grupos focais separadamente por país. Entretanto, no final, foram realizados dois grupos focais mistos, com participantes da Guatemala, de Honduras, da Nicarágua, do Peru e da Venezuela; um com membros do Brasil, da Costa Rica e do Haiti; e um último, com membros de igrejas indígenas e afrodescendentes.

Por fim, e com o objetivo de validar e aprofundar a pesquisa, sobretudo tendo em vista seu último objetivo específico, foram realizadas três entrevistas com figuras-chave – líderes especialistas na questão, com a finalidade de se aprofundar sobre a corrupção e o papel das igrejas. Todas essas informações foram cruzadas por meio de uma triangulação metodológica.

Método de codificação

O processo de codificação fornece os procedimentos essenciais para passar da análise para a conceitualização e dessa para a integração do texto com a teoria (Hernández, Fernández e Baptista, 1998). Esse processo sistemático e rigoroso culmina com o surgimento de uma categoria central, cuja caracterização será expressa em termos de uma teoria emergente.

A fim de sistematizar as anotações supracitadas, foi feito um plano de trabalho inicial para analisar a transcrição de todas as entrevistas e anotações feitas pelos entrevistadores, de forma a estabelecer um sistema de codificação que permitisse analisar informações e marcar a data provisória para cada fase de análise. Por isso, foi mantido um registro para documentar o processo através de anotações sobre a facilidade e/ou dificuldade enfrentada ao se implementarem os instrumentos, o que permitiu tomar notas sobre as constatações.

Quanto ao método de codificação, foi elaborada uma tabela de dupla entrada, cuja orientação vertical organizava as categorias e subcategorias priorizadas ou geradoras que surgiram das perguntas de pesquisa e dos objetivos incluídos na elaboração da metodologia. Na orientação horizontal da tabela, foram colocados em colunas separadas: os entrevistados, o código, palavras-chave, categorias emergentes e resultados.

Assim, para iniciar o primeiro nível de codificação, depois de organizadas as informações, essas foram classificadas com base na definição das unidades de análise ou de significado, ou seja, palavras-chave e parágrafos.

Posteriormente, essas unidades, principalmente os parágrafos, foram atribuídas e vinculadas às categorias geradoras com base nas semelhanças observadas, cuidando-se para que a percepção dos entrevistados não fosse alterada na interpretação a fim de evitar possíveis vieses. A essas categorias, foi atribuído um código para facilitar a sistematização das informações, utilizando e tendo como base a matriz de dupla entrada.

Em um segundo nível de codificação, as palavras-chave foram comparadas entre si a fim de, conforme suas semelhanças ou diferenças, agrupá-las em categorias emergentes, as quais, então, receberam um nome e um código. Essas caracterizam-se por serem mais abstratas e representarem as constatações provenientes das percepções das pessoas entrevistadas ou participantes, enquanto que as categorias geradoras são mais concretas e haviam sido previamente estabelecidas no início da pesquisa para perguntar sobre o fenômeno da corrupção na região.

Nesse nível, a codificação é refinada através das diferenças e semelhanças entre as categorias emergentes, portanto, as informações foram reduzidas em categorias e transformaram-se sem perder seu significado, integrando-se em temas e subtemas. Esses foram codificados e formaram a base para as conclusões que emergiram da análise. Por esse motivo, a interpretação do significado das informações foi realizada com base na codificação, o que proporciona uma maior riqueza interpretativa sem que haja uma subjetividade irracional, sendo essa uma forma de obter evidências sobre a confiabilidade e a validade do processo de codificação.



📷 A Campanha “Como Nascido Entre Nós”, apoiada pela Tearfund, trabalha com mais de 300 líderes de igrejas e organizações cristãs, conscientizando e influenciando os formuladores de políticas em favor dos migrantes na América Latina e no Caribe. Foto: Rafael Rivera / Tearfund

Método de triangulação

Para Cowman (1993), a triangulação é entendida como a combinação de múltiplos métodos em um estudo de um mesmo objeto ou evento para melhor abordar o fenômeno que está sendo estudado. Por sua vez, Morse (citado por Vallejo e Mineira, 2009, p. 121) define triangulação metodológica como a utilização de pelo menos dois métodos, geralmente qualitativo e quantitativo, para abordar a pergunta de pesquisa. Quando um método de pesquisa é inadequado, a triangulação é usada para garantir a adoção de uma abordagem mais abrangente para responder à pergunta de pesquisa.

O objetivo da triangulação nesta pesquisa é comparar os resultados obtidos de vários sujeitos e detectar, através de suas percepções, tendências e aspectos gerais que nos permitam caracterizar e abordar o fenômeno estudado, obter constatações complementares para contribuir com o desenvolvimento do conhecimento sobre a questão e garantir, assim, a confiabilidade dos resultados.

Metodologicamente, a triangulação baseou-se em uma matriz ou tabela de tripla entrada, em que, na orientação vertical foram colocadas as categorias e subcategorias geradoras provenientes das perguntas e objetivos da pesquisa, enquanto que, na orientação horizontal, foram colocados os sujeitos da pesquisa, simultaneamente ao método utilizado para a coleta de dados. Essa disposição possibilitou posteriormente observar e analisar as coincidências na percepção dos diferentes sujeitos da pesquisa sobre a corrupção e a igreja na região, o que é chamado de “intersecção”.

Assim, o conhecimento emerge desde a base da prática social dos sujeitos da pesquisa, comparada com a teoria relacionada à questão em estudo com base na revisão bibliográfica, conferindo maior validade aos resultados e evidenciando que é a combinação e o uso apropriado desses métodos que permitem a confiabilidade e a validade de cada um deles. Da mesma forma, é necessário retroalimentar a pesquisa com os sujeitos participantes a fim de garantir que os significados transmitidos sejam captados de forma adequada, objetiva e correta.

Limitações

Vale destacar algumas limitações que afetaram a pesquisa:

- Prazo curto: O prazo foi muito curto para realizar uma pesquisa que envolvia diversos países e atores com a complexidade de se trabalhar com três idiomas diferentes na região (espanhol, português e inglês) e a diversidade cultural para alcançar uma harmonização da codificação e resultados de maior confiabilidade e validade.
- Época do ano: A participação de alguns entrevistados atrasou pelo fato de se tratar do final de um ano e início do ano seguinte, bem como devido ao contexto da pandemia de Covid-19.
- Complexidade da questão: Dada a complexidade e a delicadeza da questão (muitas vezes considerada tabu), houve pouca participação na pesquisa no início, exigindo que fossem feitos vários convites para a participação e diferentes estratégias, o que atrasou a análise.
- Baixa participação: Houve pouca participação das pessoas convidadas para os grupos focais, o que levou a uma mudança de estratégia para cumprir o objetivo da pesquisa.

ANEXO B: Referências e Bibliografia

Referências

- ACOSTA, M. *El mensaje del profeta Oseas Una teología práctica para combatir la corrupción*. Perú: Centro de Investigaciones y Publicaciones (CENIP)/Ediciones Puma, 2018.
- ASOCIACIÓN VIDA. 2020.
- BARÔMETRO GLOBAL DA CORRUPÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE. 2019.
- BENDAÑA, SALDOMANDO e HANLON *Corrupción Global*. Centro de estudios internacionales / CLACSO: Manágua, Nicarágua/Buenos Aires, Argentina, 2007.
- BRICEÑO GUERRERO, J. *El laberinto de los tres minotauros*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2007.
- CEPAL. *La corrupción y la impunidad en el marco del desarrollo en América Latina y el Caribe: un enfoque centrado en derechos desde la perspectiva de las Naciones Unidas*. Serie Políticas sociales N°. 139. Santiago do Chile: Autor, 2007.
- COMITÉ CRISTIANO DE HAITÍ (s.d.).
- CORNEJO HERNÁNDEZ, M. *La praxis ética de Jesús como modelo de participación política para la iglesia evangélica en El Salvador*, p. 35-45. Teología y Realidad, N°. 1, janeiro-julho 2020. Universidad Evangélica de El Salvador, 2020.
- DEL PINO. E. *Políticas de lucha contra la corrupción en Centroamérica y República Dominicana*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), Unidad de Políticas Comparadas, 2007. Disponível em: <https://www.iesam.csic.es>
- DUSSEL, E. *Historia de la Iglesia en América Latina*, 2006.
- GERALD, C. (2004). *El Peso que cargamos sobre nuestras espaldas: Corrupción en América Latina*. Revista del CLAD Reforma y Democracia. N°. 28. Caracas, Venezuela.
- GUDYNAS, E. Extractivismo y corrupción en América del Sur. (CLAE) *RevIISE*, (10), ano 10, outubro 2017-março 2018, p. 73-87. Argentina, 2018. Disponível em: <http://www.reviise.unsj.edu.ar>
- HERNÁNDEZ, R., FERNÁNDEZ, C. e BAPTISTA, P. *Metodología de la investigación*. (2ª. ed.). México D. F.: McGraw-Hill Interamericana Editores, S. A. de C. V., 1998.
- HERNAÍZ, C. e PHÉLAN, M. *Sobre las mediciones de corrupción y su relación con el desarrollo y el bienestar de América Latina*. Revista Paradigmas, julho-dezembro 2014, vol. 6, N°. 2, p. 131-177. Caracas, Venezuela, 2014.
- HOFFMAN, M. *Ética protestante. Una fundamentación teológico-crítica*. San José, Costa Rica: Universidad Bíblica Latinoamericana, 2019.
- ICONOS. Revista de Ciencias Sociales. N°. 22, Quito, maio de 2005, p. 49-60 © Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Sede Académica de Ecuador. ISSN: 1390-1249. Susana Andrade, Dra. em Antropología. Escuela de Altos Estudios en Ciencias Sociales – París Mail: andradesm@punto.net Data de recebimento: janeiro de 2005. Data de aceitação e versão mais recente: março de 2005.
- KATZ, A. *Poder Ciudadano: corrupción y transparencia: Informe 2016-2017*. Compilado por Pablo Secchi, Karina Kalpschtrej e Pilar Arcidiácono. 1ª. ed. Buenos Aires: Eudeba. 354 p.; 23 x 16 cm. ISBN 978-950-23-2798-3 1. Transparencia. 2. Corrupción, 2017.

- KAUFMANN, D. *La corrupción importa. Finanzas & Desarrollo*. Fondo Monetário Internacional, 2015.
- LAVIER, R. *Líbranos del mal: la corrupción y el desafío para la fe y la iglesia cristiana en América Latina*. Peru: Ediciones Puma, 2019.
- MENDOZA, J. e LÓPEZ, C. *La calidad de las instituciones, su impacto en la relación entre corrupción y crecimiento económico: una revisión teórica*. Economía Teoría y Práctica. Nueva Época, año 28 (52), janeiro-junho, p. 15-42, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24275/etypuam/ne/522020/Mendoza>
- MOLINA, C. *Introducción a la criminología*. Bogotá: Editorial Leyer, 1999.
- OEA *Mecanismo de seguimiento de la convención interamericana contra la corrupción de la Organización de Estados Americanos*, 2021. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/dlc/mesicic/paises-home.html>
- ONU *Perfiles de países sobre el mecanismo de revisión de la implementación de la convención de las naciones unidas contra la corrupción de la oficina contra la droga y el delito*, 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/corruption/country-profile/index.html>
- OSCAR, D. *El problema de la corrupción en América Latina y la incorporación de la ética para su solución en Espacios Públicos*. Vol. 15, N°. 35, setembro-dezembro, 2012, p. 48-62. Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, 2012.
- PASTRANA, A. *Estudio sobre la corrupción en América Latina*. Revista Mexicana de Opinión Pública, año 14, (27), janeiro-junho 2019, p. 13-40, 2019.
- PERALTA, A. *Foro Jurídico. Nacimos corruptos o aprendimos a serlo*, 2018. Disponível em: <https://forojuridico.mx/nacimos-corruptos-o-aprendimos-a-serlo/>
- RAMÓN RUFFNER DE VEGA, J. G. *Corrupción, ética y función pública en el Perú*. Quipukamayoc, 22(41), 59-73, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15381/quipu.v22i41.10069>
- ROSENMÜLLER, C. e RUDERER, S. *Dádivas, dones y dineros. Aportes a una nueva historia de la corrupción en América Latina desde el imperio español a la modernidad*. Madrid: Frankfurt am Main, Iberoamericana Vervuert, 2016.
- SALAS, A. *Un Análisis de la Corrupción en América Latina*. RITI (2) setembro-dezembro, 2016.
- SARAVIA J. *Entre lobbys y movilización social en el Perú: el tenso panorama político tras recientes casos de corrupción*. Peru: Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM), 2013.
- TEARFUND. *Our mission*, s. d. Disponível em: <https://www.tearfund.org/about-us/our-mission>
- TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL *Índice de percepção da corrupção*, 2021. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index/nzl>
- VALLEJO, R. e FINOL, M. *La triangulación como procedimiento de análisis para investigaciones educativas*. Urbe. Edu., 2009. Disponível em: [https://scholar.google.co.ve/scholar?q=Vallejo,+R.+y+Finol,+M.+\(2009\).&hl=es&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.co.ve/scholar?q=Vallejo,+R.+y+Finol,+M.+(2009).&hl=es&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar)
- WIELANDT, G e ARTIGAS C. *La corrupción y la impunidad en el marco del desarrollo en América Latina y el Caribe: un enfoque centrado en derechos desde la perspectiva de las Naciones Unidas División de Desarrollo Social 139 políticas sociales SERIE Santiago de Chile*, 2007.

Bibliografia

- ASIER, A. *El Hermano Juan y el Apóstol Noé: un narco y su mano derecha*. Em: *Paraísos de Dinero y Fe*. Centro Latinoamericano de Investigación Periodística, 2020. Disponível em: <https://www.elclip.org/el-hermano-juan-y-el-apostol-o-un-narco-de-guatemala-y-su-manoderecha/>
- CONTRALORÍA GENERAL DE CUENTAS DE LA REPÚBLICA DE GUATEMALA *Políticas públicas y legislación contra la corrupción*, 2020. Disponível em: <https://www.contraloria.gob.gt>
- CONTRALORÍA GENERAL DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. (2020). *Políticas públicas y legislación contra la corrupción*, 2020. Disponível em: <http://www.cgr.gob.ve>
- INFOLEYES, PLATAFORMA PARA TRABAJAR CON LA LEGISLACIÓN DE BOLIVIA *Políticas públicas y legislación contra la corrupción*, 2020. Disponível em: <https://bolivia.infoleyes.com/>
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. (2020). *Políticas públicas contra a corrupção no Brasil*. Disponível em: <https://legado.justica.gov.br>
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL *Legislação anticorrupção*, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA *Políticas públicas e legislação anticorrupção*, 2020. Disponível em: <http://wsp.presidencia.gov.co>

“Ser uma igreja “atuante” exige uma práxis de justiça contra a corrupção. Naturalmente, isso não colocará a igreja em uma posição privilegiada frente ao poder político. Ao contrário, seguir a práxis de Jesus significa confrontar a moral do sistema...”

Cornejo Hernández, 2020

learn.tearfund.org

Tearfund, Calle 80B #39 24 Barrio Ciudad Jardín, Barranquilla, Colômbia

+57 53783434 ✉ publications@tearfund.org

Sede registrada: Tearfund, 100 Church Road, Teddington, TW11 8QE, Reino Unido. Registrada na Inglaterra sob o nº 00994339. Uma companhia limitada por garantia. Instituição Beneficente nº 265464 (Inglaterra e País de Gales) Instituição Beneficente nº SC037624 (Escócia)

tearfund